

VOTO EM SEPARADO

Voto em Separado ao Parecer do Relator, Senador Eduardo Braga, sobre o PLC nº 56, de 2011, que dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e de Gratificação por Exercício em Cargo de Confiança nos órgãos da Presidência da República.

AUTOR: Senador AÉCIO NEVES

I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania recebeu, para análise e parecer, o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2011, que tem por escopo criar 90 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e 08 Gratificação por Exercício em Cargo de Confiança, nos órgãos da Presidência da República.

O PLC nº 56, de 2011, foi apresentado ao Senado Federal em 11.08.2011, tendo designado como Relator o Senador Eduardo Braga, que apresentou o Parecer pela aprovação em 20.11.2012.

Este é o relatório.

II - ANÁLISE

Nos termos do art. 132, § 6º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresento “Voto em Separado” ao Parecer do Relator, Senador Eduardo Braga, sobre o PLC nº 56, de 2011, pelos fundamentos a seguir.

A Constituição Federal de 1988 teve a preocupação em tentar evitar a criação indiscriminada de cargos comissionados na administração pública federal,

limitando a sua ocupação ao exercício de direção, chefia e assessoramento, conforme dispõe o inciso V, do art. 37:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;”

Entretanto, o governo federal tem criado, nos últimos anos, milhares de cargos em comissão de livre provimento que não guardam compromisso com os critérios de qualidade e eficiência de seus ocupantes, mais servindo como instrumento de aparelhamento político do que de real melhoria da gestão pública.

À época que o ex- presidente Fernando Henrique Cardoso deixou o Palácio do Planalto, em 2002, o seu governo abrigava 21 Ministérios, incluídas as Secretarias com status de Ministérios. A partir do governo petista, quase dobrou número de Ministros, terminando o ano de 2012 com 38 titulares e com o 39º Ministério, o da Pequena e Micro Empresa, prestes a ser ocupado. A presidente Dilma Rousseff ainda pode ampliar esse recorde e chegar a 40ª pasta, se cumprir a promessa de criar o Ministério da Irrigação Nacional.

Somente para termos a ideia do gigantismo da máquina administrativa brasileira, em comparação aos nossos 39 Ministérios, a vizinha Argentina tem 17, o Chile, 22, e a Alemanha, quarta maior economia do Mundo, tem apenas 16. O gasto com salários que consumiam R\$ 59,5 bilhões em 2002 chegaram a extraordinários R\$ 154,5 bilhões até agosto deste ano.

A política ministerial do atual governo não tem apresentado uma coordenação eficiente. Os Ministros, em sua grande maioria, não possuem afinidades com a atividade que administram, não dialogam entre si, e estão focados apenas nos próximos pleitos eleitorais. Esse domínio partidário é terreno fértil para corrupção, desmandos e entrave para o bom funcionamento do Estado brasileiro.

A Presidência da República, órgão que deveria ser o exemplo de contenção de despesas, é justamente aquele que mais inflou sua estrutura. Registre-se que o ex-presidente Itamar Franco entregou o Palácio do Planalto com 1,8 mil funcionários. Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, enxugou-o para 1,1

mil. No governo Lula, a administração cresceu e muito, aumentando para mais de 3 mil funcionários trabalhando diretamente na Presidência. O governo Dilma aumentou para mais de de quatro mil servidores, na sua grande maioria ocupantes de cargos comissionados. Além de detonar um descontrole de gastos, esse inchasso mostra uma hipertrofia do poder central, em detrimento de ministérios e órgãos técnicos.

Essa prática tem contribuído para escândalos ligados diretamente à Presidência da República, como as irregularidades com os cartões corporativos e as operações que levaram ao indiciamento, pela Polícia Federal, de sua principal assessora e sucessora na Casa Civil, Erenice Guerra, acusada de participar de esquema de corrupção comandado diretamente a partir do Palácio do Planalto.

Nesta semana assistimos o triste episódio de o escritório da Presidência da República, em São Paulo, ser invadido pela Polícia Federal, para o cumprimento de mandados de busca e apreensão, sob acusação de ter a sua Chefe de Gabinete, ocupante de cargo comissionado DAS-6, sido envolvida em uma rede de crimes contra a administração pública.

O projeto do Poder Executivo, ao criar 90 novos cargos comissionados, vai contra, inclusive, o discurso de austeridade fiscal alardeado pelo governo federal. É importante lembrar que o governo Dilma, ao tomar posse no início do ano passado, enfrentava um grave desequilíbrio fiscal nas contas públicas em face do aumento extraordinário das despesas correntes nos oito anos de governo Lula.

Assim, o Ministério da Fazenda, no início de 2011, anunciou o corte de R\$ 50 bilhões no gasto público. Na época surpreendeu a todos com o tamanho do corte, mas não disse de onde iria cortar. Na época vários economistas afirmaram que se tratava mais de uma carta de boas intenções do que o detalhamento de medidas concretas que todos esperavam.

Uma das medidas adotadas para contenção de despesas foi a suspensão de todos os concursos públicos em andamento, incluindo a posse dos candidatos já aprovados, que apenas aguardavam a nomeação para o cargo efetivo. Essa situação atingiu milhares de aprovados, com alto grau de capacidade técnica e profissional, e que seriam essenciais para o bom funcionamento da administração pública federal.

O governo Dilma também negou reajuste salarial a diversas carreiras de estado, como a Polícia Federal, Receita Federal e o Poder Judiciário, sob a alegação de falta de verbas. Entretanto, mantém a prática do aumento constante e exagerado de despesas correntes com a manutenção e criação de milhares de cargos comissionados e de novos Ministérios.

Ao invés de criar cargos de livre provimento, o governo atual deveria aumentar a eficiência da administração, instituindo políticas de gestão pública que aumentassem a produtividade e diminuíssem dos gastos correntes. O controle fiscal do governo é um elemento essencial na condução da política econômica do país. A União Europeia, por exemplo, está enfrentando um gravíssimo momento de recessão em função do descontrole das contas públicas de diversos países que compõe aquele bloco.

Neste sentido, com o intuito de contribuir para o ajuste fiscal que o governo federal tanto necessita na atual conjuntura do país, rogo aos membros desta Comissão no sentido da não aprovação do presente projeto de lei.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela rejeição do PLC Nº 56, de 2001.

Sala da Comissão, 28 de novembro de 2012.

Senador AÉCIO NEVES